

Data: 14-09-2018 16:22:21



Título do Artigo : A Disputa pelo Território e o Direito à Cidade: o poder da articulação no cenário de exclusão social
Vinculado a ação : A disputa pelo território e o direito à cidade.
Área Temática : Direitos Humanos e Justiça
Modalidade : Apresentação Oral de Artigo

1. COORDENADOR DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Nome: Glauco Bienenstein E-mail: gb@id.uff.br
 Telefone:
 Celular: (21)9876-73537 Departamento: TAR

2. EQUIPE INTEGRANTE DO ARTIGO

01-	Glauco Bienenstein	Docente	Autor
02-	Larissa Brasilino Francisco	Aluno não bolsista	Relator/Autor
03-	Daniel Mendes Mesquita de Sousa	Outros	Autor
04-	Regina Bienenstein	Docente	Autor

3. ARTIGO

Resumo:

Este artigo está circunscrito no projeto: “A disputa pelo território e o direito à cidade”, desenvolvido no Núcleo de Estudo e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU), que tem como suas atividades: organizar e participar de mobilizações, realizadas pelas comunidades do Fórum de Luta pela Moradia (FLM) de Niterói e São Gonçalo, e do Conselho Popular do Rio de Janeiro. O foco deste projeto é contribuir com a importância da participação popular para a luta pelo direito à cidade, refletindo sobre os movimentos insurgentes, usando como critério a avaliação o empoderamento das lideranças. Para tanto, abordaremos dois casos: 1. A comunidade Fazendinha Sapê em Pendotiba, Niterói e 2. O Museu das Remoções situado na Vila Autódromo no Rio de Janeiro. Nesses processos procuramos reconhecer a voz das pessoas invisibilizadas pelo avanço da cidade contemporânea e dos negócios, frente ao poder da memória social e dos saberes populares, que se reforçam na luta pela defesa de seus territórios.

Palavras chave:

Participação comunitária; Direito à cidade;

Abstract:

This article is circumscribed to the project: "The dispute for the territory and the right to the city", developed in the Center for Housing and Urban Studies and Projects (NEPHU), whose activities include: organizing and participating in mobilizations carried out by Fórum de Luta pela Moradia (FLM) in Niterói and São Gonçalo, and the Conselho Popular in Rio de Janeiro. The focus of this project is to contribute to the importance of popular participation in the fight to the right to the city, reflecting on the insurgent movements, using as a criterion the empowerment of leaders. Therefore,

we will cover two cases: Fazendinha Sapê Niterói and The Removals Museum located in Vila Autódromo in Rio de Janeiro. Those processes we seek to recognize the voice of people who are invisible by the advance of the contemporary city and of business, in the face of the power of social memory and popular knowledge, which are strengthened in the struggle for the defense of their territories.

Key Words:

Communitary participation; Right to the city;

Introdução (Justificativa, o Problema, Objetivos - geral e específicos):

O Fórum de Luta Pela Moradia e o Conselho Popular são duas instâncias que têm como premissa a luta popular e coletiva pelo direito à cidade e à moradia, considerando que a questão da moradia não compreende só a unidade habitacional, mas também o acesso aos serviços públicos, infraestrutura urbana e a um planejamento que inclua os territórios populares. Para enfrentar essas problemáticas, a Universidade, através do NEPHU, assessora as comunidades, visando facilitar seu envolvimento e participação na análise da situação. Tal esforço busca contribuir no processo de empoderamento de coletivos sociais organizados que incluem moradores de diversas comunidades, ocupações, bairros periféricos e populares, movimentos sociais, estudantes e técnicos de diversas áreas de atuação, na luta pela moradia. Desse modo, considera que a participação e a gestão democrática do espaço urbano devem ser fortalecidas e que, para isto, espaços de troca de conhecimento e experiências são de extrema necessidade. Com isso, este projeto, também tem como um dos seus objetivos ampliar a reflexão crítica sobre a temática da habitação social e do direito à cidade, por intermédio do estabelecimento de uma relação interdisciplinar entre os participantes dos mencionados fóruns no âmbito dos projetos em desenvolvimento no Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU). Circunscrito neste projeto estão às funções de contribuição, organização, participação dos eventos que os supracitados coletivos encontram-se envolvidos, aproveitando a potencialidade do morador de protagonizar o dia a dia de sua comunidade, tendo em vista que é ele que enfrenta cotidianamente diferentes tipos de exclusão; onde os grupos sociais têm a possibilidade de se auto representar a partir de experiências coletivas que incentivem a produção de um olhar sobre eles mesmos; para que as discussões dos moradores e das favelas cheguem ao espaço público ou mesmo que não sem distorções por meio de indivíduos e interesses alheios a sua realidade sobre fatos que ali existem.

Desenvolvimento com Fundamentação Teórica:

O Fórum de Luta Pela Moradia reúne indivíduos em um propósito comum, conquistar o direito à cidade, perante a mesma compreensão e finalidade compartilhadas. Além de reforçar as lutas em curso, a organização coletiva por intermédio do FLM visa também consolidar histórias de lutas pregressas de comunidades atuantes cujos exemplos pode servir de exemplo para outras. Com o transcorrer do tempo, tivemos necessidade de ampliar esse envolvimento, assim começaram as visitas aos coletivos atendidos, tendo a ideia inicial de estreitar ainda mais o elo, e demonstrar particularidades e os desafios de cada localidade. A comunidade da Fazendinha Sapê situada no bairro de Pendotiba, cidade de Niterói. Ocupando, desde 1918, uma área com características rurais que não conta com infraestrutura urbana básica, principalmente transporte público para atender a comunidade, que foi ameaçada de remoção, no ano de 2011, quando parte do seu território fosse construído um empreendimento imobiliário, com 15 mil unidades habitacionais, com o propósito de atender prioritariamente as famílias desabrigadas por conta das chuvas de Abril de 2010, que além de outros desabamento na cidade também foi responsável pelo desastre do Morro do Bumba. Os moradores, em torno de 343 famílias segundo a Associação dos Moradores, seriam desapropriados e/ou ganhariam um apartamento no próprio empreendimento. O resultado desta ação seria a retirada, por sua vez, do trabalho de subsistência das pessoas que vivem da terra. Além disso, essas famílias perderiam seu estilo de vida, pois as pessoas seriam deslocadas de casas com quintal para apartamentos, não podendo ter animais e pequenas plantações nos seus terrenos. Por meio de estudos sobre o assunto e das parcerias com órgãos ligados à luta pela moradia, a comunidade conseguiu resistir. A Fazendinha, por conta das ameaças de remoções, mobilizou a associação de moradores, conseguindo envolvê-la na luta contra o PUR de Pendotiba. Mesmo com essa articulação tinham uma grande demanda por conhecimento, entender os termos técnicos que eram submetidos a eles. Assim começaram a

pesquisar e elaborar um material com os significados de tais termos. Em conjunto com o Fórum, percebendo que as outras comunidades também tinham grandes dúvidas sobre os mesmos temas, tiveram a ideia de fazer um curso que abordasse noções de direito à moradia, assistência social e risco ambiental. Mesmo depois das ameaças diminuírem, a associação continuou resistente e participativa, dando a ideia de promover visitas às comunidades que participavam do coletivo, pois mesmo discutindo as problemáticas de cada comunidade faltava uma percepção clara do que estava sendo abordado. Inaugura-se assim uma nova demanda e perspectiva do projeto. No caso da comunidade de Vila Autódromo, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Com ocupação iniciada nos anos 60, a partir de moradias de pescadores que viviam às margens da Lagoa de Jacarepaguá, depois a construção do Autódromo Nelson Piquet, essa ocupação se expandiu com os trabalhadores que construíram o autódromo. Em 1987, os moradores se organizaram enquanto comunidade formal a partir da criação da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPAVA). A partir da década de 1990, os moradores passaram a ser ameaçados de remoção, primeiramente por parâmetros inconsistentes como dano estético e visual, depois dano ambiental e por fim os Megaeventos, que foram os Pan Americanos (2007), Jogos Militares em (2011), Copa do Mundo (2014), Jogos Olímpicos (2016). Em 2014, a associação entrou em contato com o ETTERN/IPPUR/UFRJ e o NEPHU/UFF com uma solicitação de assessoria técnica para a construção do “Plano Popular da Vila Autódromo”. O objetivo era provar a viabilidade técnica necessária para a permanência das 450 famílias no local. O Plano foi negado pela Prefeitura, mesmo com sua qualidade sendo atestada por diferentes conselhos profissionais, tendo inclusive recebido a premiação internacional “Urban Age Award”. Apesar das pressões e violência do processo, 20 famílias resistiram às constantes investidas e abusos físicos e morais feitos pela Prefeitura, sendo atendidas com um projeto habitacional que não segue a lógica de projeto do Plano Popular de Vila Autódromo. Esse processo de luta e resistência obteve como um dos legados o Museu das Remoções. Inaugurado em 18 de maio de 2018 como uma gestão comunitária. Sua característica principal é ser um testemunho territorial, das lembranças e do patrimônio da comunidade de Vila Autódromo e de outras favelas. Tem a intenção de ser além de um instrumento de resistência e luta para sua comunidade, buscar abranger as comunidades que sofrem ou já sofreram com processos de remoções ou utilizadas para especulação imobiliária. Nas palavras de uma das suas coordenadoras, Maria da Penha: Eu acho que o brasileiro tem memória curta, esquece muito rápido. Muitas das vezes, a gente apanha e no dia seguinte já esquecemos. Aí, nossos governantes continuam batendo e a gente continua esquecendo. Então é uma forma da gente estar relembando a história da Vila e de todas as outras remoções, como a do Pereira Passos, Lacerda, enfim. Se a gente lembrasse mais dessas remoções talvez a Vila não tivesse sido removida. Então, é importante o Museu das Remoções para que a história de cada morador aqui não seja esquecida. Ela foi atropelada, mas não vai ser esquecida. E isso deve continuar não só na nossa comunidade, mas em outras favelas. Agora também não adianta ter o museu se a gente não der continuidade, a gente tem que passar o conhecimento pra outras pessoas para que a história não morra. Com isso, o Museu objetiva lutar contra as políticas de remoções, suas ações arbitrárias e consequentes esquecimentos de memória, estando sempre em constante construção e manutenção da memória viva.

Metodologia:

Adotamos, como método, o morador como protagonista de todas as ações, priorizando grupos de baixa renda e utilizando uma linguagem acessível, tanto para linguagem oral, gráfica e escrita. Através de organizações de cine debates, ampliam-se discussões sobre temas, recorrentes no cotidiano dos moradores, trazendo uma filmografia que debate o direito à cidade, limpeza social e políticas governamentais entre outros. Desenvolvemos os arquivamentos de notícias e documentos que contêm narrativas sobre legislação, projetos ou acontecimentos habitacionais e urbanos. Com o acompanhamento quinzenal as comunidades, por meio do Fórum de Luta Pela Moradia, onde conseguimos assessorar os coletivos frente as suas demandas e as políticas públicas. Utilizando meios informais de comunicação (Whatsapp, Facebook) que possibilitam a integração diária do coletivo fora do espaço físico do Fórum. Listamos os contatos dos frequentadores do Fórum para conseguir um contato direto com as lideranças por meios formais como ligações e e-mails para convocação de reuniões e entrega de documentos e, também, a organização e arquivamento de atas das reuniões, tanto para o registro de acontecimentos ocorridos, memória para os que estiveram presentes, como para os ausentes. Adotamos visitas a campo periódicas às comunidades trabalhadas, para conhecer efetivamente a realidade de cada localidade. Para tanto, procuramos sempre organizar um meio de

transporte gratuito para facilitar o acesso dos moradores de baixa renda e dos estudantes bolsistas e outros interessados em conhecer esses locais; produzir material audiovisual para divulgação, como cartazes, panfletos etc., a realização de reuniões com moradores nas visitas para que aqueles que não participam do Fórum tenham um espaço de voz e tenham a oportunidade de conhecer o espaço do Núcleo; a organização e arquivamento de relatórios feitos nas visitas às comunidades registro e enriquecer a nossa base de histórico.

Resultado com Discussão:

Esse artigo apresenta resultados concretos da importância da mobilização de comunidades. Primeiramente, com a comunidade da Fazendinha, que mobilizou a sua associação em frente a uma ameaça de remoção. Conseguindo assim deter esse processo, e depois continuou mobilizada, propondo e construindo conjuntamente com FLM. Inicialmente com o projeto de um curso que instrumentaliza os cidadãos na luta. Surgindo assim o curso experimental de extensão: “Diálogos sobre o direito cidade e habitação popular”, uma nova forma de assessoria técnica por meio da informação, dando condições para o cidadão se emancipar e reconhecer os direitos. Logo, depois outra surgiu vontade da comunidade de conhecer a realidade de outras comunidades. Abrindo assim uma nova iniciativa. Os moradores passaram a realizar as visitas, junto com o FLM, às demais comunidades. Buscando desconstruir estereótipos de miséria, violência e criminalidade, toxicodependência entre outros, que rodeiam os assentamentos de baixa renda. Na Vila Autódromo que conseguiu o apoio da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, as duas maiores universidades do Rio de Janeiro, na luta contra a remoção e a higienização social, com o apoio do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria e outros coletivos. Realizou seu Plano Popular planejado por eles com apoio das universidades. Resistiram ao ponto de mesmo sem conseguir efetivar o plano, reivindicar com organizações governamentais suas propostas. E, por fim, transmitir o legado da criação do Museu das Remoções. Um museu territorial, com esculturas que são georreferenciadas no território, demarcando os abusos cometidos, com exposições feitas pelos próprios moradores, que transmitem suas perspectivas e visões de mundo. Como se não bastasse manter acessa a memória da luta de Vila Autódromo, também pode ser porta voz de várias outras comunidades ameaçadas ou removidas, contribuindo assim para a memória social de todas as comunidades em luta.

Considerações Finais:

O projeto “A disputa pelo território e o direito à cidade” permite que a Universidade Federal Fluminense não só efetue o seu papel social, mas exemplifica essa função. Contribui para a articulação e resistência das comunidades frente à transformação dos grandes projetos de urbanização, com os exemplos das comunidades da Fazendinha Sapê e Vila Autódromo. A primeira demonstrando a resistência da luta contra a remoção e a outra demonstrando o poder de persistência durante e depois da remoção. Desta forma podemos refletir como a narrativa pode construir a legitimidade sobre o território, mesmo em situações adversas, como no caso do “Museu das Remoções”. Mas também podemos debater a importância de uma assistência técnica realizada em conjunto com os moradores, que incorpora outras reflexões, a partir dos Cursos, Eventos e Mobilizações, como a apresentação de filmes e debates, como forma de instrumentalizar os cidadãos. Sabemos que nossas que estar garantida por diversas legislações, a gestão participativa e democrática da cidade, na realidade isso não ocorre. Nos espaços municipais esse direito não cumprido! O Fórum de Luta Pela Moradia é um espaço para organizar a luta da comunidade e capacitar a população por uma gestão participativa. O que implica cada vez mais na necessidade da conscientização da população em torno dos seus direitos, os quais já foram alcançados, mas que não são respeitados. É de suma importância que cada vez mais os municípios abram espaço para os cidadãos discutam políticas públicas, que demonstre e imponham as suas demandas, fazendo valer assim seu direito de participação e gestão democrática. É necessário aprofundar o pensamento e a visibilidade desses espaços. Para que novamente não seja reproduzido um olhar excludente sobre esses espaços mas, sim de legitimação e de direito. Reconhecendo-os efetivamente como parte da cidade.

Referência:

Silva, Jailson de Sousa e Araujo, Thiago. Mídia e favela: comunicação e democracia nas favelas e espaços populares. 1.ed. Rio de Janeiro: Observatório de favelas, 2012. Disponível em: Acesso em: 14

nov. 2012. VAINER, C.; BIENENSTEIN, R.; TANAKA, G.; OLIVEIRA, F.; LOBINO, C.; SÁNCHEZ, F; BIENENSTEIN, G. O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. Cartilha de Princípios: As linhas políticas do MTST BARCELONARD, G. (1993). A poética do espaço. São Paulo, Brasil: Martins Fontes,1993. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Volume 16, número 18+19, 2009. LEITE, Giovana. Participação popular, autogestão e desenvolvimento urbano. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Volume 16, número 18+19, 2009. SCARANCI, Benedito. Importância da solidariedade popular no desenvolvimento da cidade. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Volume 16, nº: 18+19, 2009. VOLPATO, João. A construção da Casa Digna. Algumas reflexões sobre o desenvolvimento urbano como desenvolvimento humano. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Volume 16, nº: 18+19, 2009. BRANT, Isabel. A cidade ideal e uma alternativa de ocupação para as favelas. MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo. Editora HUCITEC, 1996. NASCIMENTO, do Lavarda Mauricio; ROSA, Rosane. Cidadania comunicativa na era digital: o caso do jornal “Voz da Comunidade”. Congresso Internacional de direito e contemporaneidade: mídias e direito da sociedade em rede. 2012. VILAÇA, Helena. As associações de moradores enquanto aspecto particular associativismo urbano e participação social. VIANA, Nildo. Memória e sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. POZZER, Santos dos Ana Milene. Socialização política: promoção da cidadania através das associações de moradores.
